

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Bandeira amarela em maio deixa luz mais cara.....	2
Título: Bolsonaro, trapalhão com bilhões e xerife sem noção	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo prepara fim do monopólio da Petrobras no gás para reduzir preço.....	4
Título: Energia é elemento crítico para modernizar a infraestrutura do Brasil, afirma economista	8
Título: Não tão fácil	9
VEÍCULO: O Globo	9
Título: Petrobras pede Força Nacional para vigiar dutos	9
Título: Próximos passos após a reforma da Previdência	10
Título: Combustível para lavagem	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 28/04/2019**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Bandeira amarela em maio deixa luz mais cara

As contas de luz vão ficar mais caras em maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu que a bandeira tarifária de maio será amarela, o que implicará um custo adicional de R\$ 1,00 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido. De dezembro até abril, estava em vigor a bandeira verde, quando não há cobrança de taxa extra. As duas variáveis que definem o sistema de bandeiras tarifárias são o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e o nível dos reservatórios das hidrelétricas, medido pelo indicador de risco hidrológico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 28/04/2019**Seção:** Espaço Aberto**Autor:****Título:** Bolsonaro, trapalhão com bilhões e xerife sem noção

Trezentos ou quatrocentos bilhões de reais – quem se importa com isso? Em mais uma trapalhada bilionária, o presidente Jair Bolsonaro abriu uma espécie de liquidação de outono-inverno e antecipou o desconto para a negociação da reforma da Previdência. Na mesma ocasião, um café com a imprensa, ele rejeitou a ideia – jamais proposta – de se transformar o Brasil num país de turismo gay. Poderá ficar à vontade, acrescentou, quem "quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher". Estará pensando em alguma nova regulamentação federal para motéis? Ainda no café, ele tentou disfarçar a relação complicada com o vice-presidente, Hamilton Mourão, frequentemente atacado por seus filhos.

Não convenceu, obviamente, até porque nunca aceitou a ideia de enquadrar seus herdeiros e mandá-los deixar de se meter nos assuntos do Palácio do Planalto. A trapalhada com maior repercussão foi a referência ao efeito fiscal da reforma. O ministro da Economia, segundo o presidente Bolsonaro, aceitará um ganho de apenas R\$ 800 bilhões em dez anos, mas nada abaixo disso. Não precisava e muito menos devia fazer essa declaração. A negociação mal começou e a comissão especial ainda vai iniciar seu trabalho. Mas o presidente já disse até onde os parlamentares poderão desidratar o projeto – até R\$ 400 bilhões, se for tomada como ponto inicial a meta de US\$ 1,2 trilhão recém-anunciada pela equipe econômica.

No mesmo dia o presidente ganhou destaque por mais uma façanha incomum: mandou o Banco do Brasil suspender uma campanha publicitária e demitir do posto o diretor de Marketing. Foi uma nova intervenção numa estatal de capital aberto. Desta vez, a intromissão foi obviamente motivada por preconceito e por sua bem conhecida homofobia, sem a mínima fundamentação técnica. A campanha, centrada na diversidade, era parte de uma estratégia de aproximação do público jovem. Publicidade é assunto profissional, mas um presidente iluminado por Deus e empenhado na defesa da moralidade e no combate ao marxismo cultural está acima dessas ninharias. A propósito, ainda no café com a imprensa ele se declarou, novamente, aliado do presidente Trump. Poderia ter dito "alinhado".

Antes de intervir no Banco do Brasil, o presidente Bolsonaro já se havia intrometido na administração da Petrobrás, e por motivação mais prosaica: atender a exigências de caminhoneiros, aqueles mesmos apoiados por ele, ainda candidato, quando bloquearam estradas, cometeram violências e impuseram enorme perda a empresas e consumidores. Ao invadir o comando da maior estatal brasileira, ele impôs à Petrobrás uma perda de R\$ 32,4 bilhões em seu valor de mercado. Esse efeito foi produzido com um simples e baratíssimo telefonema. Bastou chamar um diretor da empresa e mandá-lo abandonar, ao menos por alguns dias, o então recém- anunciado reajuste de preço do diesel. Errou perigosamente, naquela ocasião, quem imaginou ter o presidente mostrado toda a sua capacidade de comprometer bilhões.

O presidente da Petrobrás, assim como o do Banco do Brasil, aceitou com aparente alegria a intromissão do presidente da República. Qual será a reação se ele quiser ditar a política de juros do Banco Central? Mas convém voltar às trapalhadas do café com jornalistas, quando o presidente falou sem pensar – ou pensando segundo seus padrões – sobre os efeitos fiscais da reforma da Previdência. Pela avaliação inicial da equipe econômica, a reforma da Previdência permitiria evitar um gasto de R\$ 1,1 trilhão em dez anos. Pela última estimativa, a economia poderá passar um pouco de R\$ 1,2 trilhão.

De acordo com a margem de negociação indicada pelo presidente, o desconto máximo poderá ficar em torno de R\$ 400 bilhões. Nesse caso, corresponderá a cerca de um terço, ou 33%, do ganho máximo projetado pelos técnicos do Ministério da Economia. Ao admitir essa perda, o presidente antecipou-se aos negociadores, complicou seu trabalho e aumentou o risco de empobrecimento da reforma. Depois do café ele pareceu arrepender-se de ter avançado na discussão. Não existe um "dado mínimo", corrigiu-se o presidente, na saída. Ele ainda lembrou o valor "em torno de R\$ 1 trilhão" citado várias vezes pelo ministro Paulo Guedes. Mas alguma perda ocorrerá no Congresso, admitiu, e será preciso mantê-la em nível tolerável.

Quando o presidente Bolsonaro ensaiou essa autocorreção, sua fala sobre o piso de R\$ 800 bilhões já havia sido divulgada por agências de notícias, portais da imprensa, rádios e televisões. Esse número predominou, ainda, nas informações publicadas nos jornais no dia seguinte e nas programações matinais de notícias. A trapalhada era sem conserto. "Se Bolsonaro falar menos sobre a reforma até ela ser aprovada, vai ajudar bastante", disse à Rádio Eldorado o recém-escolhido presidente da comissão especial formada para analisar a proposta, deputado Marcelo Ramos (PR-AM).

"Cada vez que Bolsonaro fala sobre a reforma, retira alguma coisa." Com isso ele dificulta o trabalho da equipe econômica, acrescentou o deputado. Essa equipe, segundo ele, é uma exceção no governo federal, por ter "uma visão clara de projetos e propostas para o Brasil". A avaliação do deputado é ainda um tanto generosa. De fato, o governo, excluído o time econômico, tem sido incapaz de apresentar ideias parecidas com algum plano para o País. Mas poderia apresentar? O presidente Bolsonaro fala ocasionalmente sobre a Previdência, quando é pressionado para mostrar algum interesse, mas pouco se ocupa de suas funções.

Gasta mais tempo com exposições de homofobia e de moralismo, interfere na gestão de estatais, faz desaforos a parceiros comerciais importantes e dá vexames internacionais, como quando atribuiu à esquerda as barbaridades nazistas. Já completando quatro meses de mandato, parece ainda longe de entender a função presidencial e o significado de governar. Entenderá, algum dia?

JORNALISTA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão, Julio Wiziack e Nicola Pamplona

Título: Governo prepara fim do monopólio da Petrobras no gás para reduzir preço

Cade, órgão responsável pela concorrência, vai negociar com estatal plano para a venda de ativos

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) será o epicentro do processo de derrubada do preço do gás anunciado pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

Diante de resistências internas da Petrobras, caberá ao órgão de defesa da concorrência abrir negociação com a estatal para a venda de ativos ou a liberação de acesso à infraestrutura de transporte do combustível.

A ação do Cade é parte de um movimento organizado em conjunto por diversos setores do governo para tentar quebrar o monopólio da Petrobras e trazer competição ao setor, com o objetivo de promover no país um “choque de energia barata”, nas palavras de Guedes.

Estudos iniciais indicam que a redução do preço poderia adicionar à taxa de crescimento do país quase um ponto percentual ao ano e gerar mais de 12 milhões de novos empregos nos próximos dez anos.

Um dos mentores da proposta, o economista Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas, estima que, ao incentivar a competição, é possível reduzir pela metade o preço do gás natural vendido no país, com impactos positivos na atividade industrial e na conta de luz.

“O que temos no mercado de gás no Brasil é um caso absurdamente clássico de sobreposição de monopólios”, afirma Langoni.

“A Petrobras praticamente controla a totalidade da oferta e continua controlando a infraestrutura logística, principalmente os gasodutos. Do lado da distribuição, há monopólios também nos estados.”

A ideia é que, em até dois meses, o Cade e a Petrobras apresentem um plano para a venda de ativos no segmento. Em troca, a empresa se livra de processos que apuram práticas anticompetitivas e discriminação na venda de gás.

As conversas iniciais já ocorreram e, a partir de agora, as duas partes devem evoluir para reuniões formais.

Em parceria com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a área técnica do Cade fará estudos para definir propostas de estímulo à concorrência.

O pacote em gestação inclui ainda outros três pilares: revisão do modelo tributário do setor, incentivo ao uso do gás para geração de energia e novo marco jurídico para a distribuição, para apoiar a figura dos consumidores livres de gás (que podem negociar o produto sem a distribuidora).

O incentivo à competição pela oferta, porém, é visto como essencial para que os planos avancem.

Hoje, empresas privadas são donas de 25% do gás extraído no país — boa parte em campos em parceria com a Petrobras. Sem acesso a dutos, as sócias da estatal preferem lhe vender sua parcela sem competirem pelo mercado.

A Petrobras é dona também das unidades que tratam o gás antes que ele seja injetado na rede e dos terminais de importação do produto por navios. E ocupa a maior parte da capacidade dos grandes gasodutos que transportam o combustível pelo país.

“A gente entende que o aumento da concorrência é que vai trazer um preço mais competitivo”, diz o secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Marcio Félix, ressaltando que há forte alinhamento do governo em torno das propostas.

De acordo com dados do MME, a indústria brasileira paga pelo gás ao menos US\$ 13 pelo metro cúbico — mais de quatro vezes o gasto de concorrentes nos Estados Unidos, onde o produto custa pouco mais de US\$ 3. Na comparação com a Europa, a indústria brasileira pagou 50% mais caro em 2018.

A promessa de melhores condições para competir com o mercado já seduziu as principais entidades empresariais brasileiras. Em entrevistas sobre o tema, Guedes tem repetido que gás barato e abundante tem potencial para “reindustrializar” o país.

O preço da energia tem forte impacto sobre o custo operacional das empresas e sobre a produtividade de toda a economia. No Brasil, esse insumo teve forte alta nos últimos anos, servindo de força contrária à expansão industrial.

A Abrace (que reúne grandes consumidores de energia) chegou a encomendar um estudo para medir os impactos da proposta do governo.

Segundo a análise produzida pela consultoria Ex Ante para a Abrace, entre 2000 e 2018, a inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, teve alta de 209%.

Nesses 18 anos, o custo unitário da energia elétrica para a indústria cresceu 497,4% acima da inflação. O custo do gás unitário teve crescimento mais impressionante ainda: aumento real de 1.200%.

A conversão do valor para moeda estrangeira, que permite a comparação internacional, mostra o impacto sobre a competitividade.

Em dólar, o custo unitário da energia elétrica no Brasil para a indústria teve alta de 304%. No mesmo período, o aumento foi de 52% nos Estados Unidos e 40% na União Europeia.

“Esse movimento liderado pelos ministros Paulo Guedes [Economia] e Bento Albuquerque [Minas e Energia] é a agenda positiva que precisamos”, diz Paulo Pedrosa, presidente da Abrace.

“A indústria perdeu espaço na economia brasileira, e o Brasil perdeu espaço na economia global. Há convicção no mundo da indústria de que a queda no preço da energia, com maior oferta de gás, pode contribuir para reverter isso e atrair novos investimentos.”

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) diz que os setores mais beneficiados seriam química, fertilizantes, vidro, cerâmica e metalurgia. “Mas, de modo geral, indústrias que usam gás na cogeração e o próprio setor elétrico seriam impactados”, afirma Roberto Wagner, especialista em energia da CNI.

“Caindo o preço, a indústria toda vai reagir”, concorda o presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), Fernando Figueiredo. O setor reclama que os altos custos minaram a competitividade dos fabricantes nacionais, que perdem terreno para importados.

Figueiredo diz que o gás do pré-sal é rico em etano e, com preços competitivos, pode abrir oportunidade para a construção de dois polos petroquímicos do porte do de Camaçari (BA), que tem capacidade de produzir 12 milhões de toneladas por ano de produtos químicos.

A proposta do governo, porém, enfrenta resistências na própria Petrobras e entre distribuidoras estaduais de gás canalizado, responsáveis por conectar indústrias e residências à rede.

Na empresa há dúvidas sobre os impactos de uma venda forçada ou da abertura dos ativos na capacidade de recuperar os investimentos feitos na infraestrutura de transportes de gás. Guedes afirma ter o apoio do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Nos estados, dentro das negociações de ajuda financeira, o ministro da Economia pede apoio a mudanças nas regras para incentivar maior competição pelos clientes das distribuidoras de gás canalizado.

A Constituição dá aos estados o monopólio da distribuição de gás. Excluindo Rio e São Paulo (onde ocorreram privatizações), os governos estaduais controlam a maioria das 26 distribuidoras — 19 delas ainda têm sociedade com a Petrobras e a japonesa Mitsui.

Assim como ocorre no setor elétrico, o governo quer incentivar a figura do consumidor livre de gás, permitindo que grandes empresas decidam onde comprar.

As distribuidoras temem que haja perda de receita, caso esses clientes decidam deixar suas redes.

Associação que reúne as empresas do setor, a Abegás alega que a figura do consumidor livre já é regulamentada no Rio e em São Paulo, mas nenhuma empresa ainda optou por comprar direto do produtor.

O presidente da entidade, Augusto Salomon, defende que o principal problema é a falta de competição na oferta do combustível e que a margem das distribuidoras, que representa 18% do preço final, “não é o vilão da história”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Energia é elemento crítico para modernizar a infraestrutura do Brasil, afirma economista

Para o economista Carlos Langoni, assim como ocorreu nos EUA, a oferta da energia barata do gás natural pode tomar as empresas brasileiras mais competitivas no mercado internacional e gerar uma nova revolução industrial no Brasil. Mas o novo ciclo só será possível se a Petrobras perder o monopólio e houver a competição.

Dizem que o sr. foi mentor da ideia de reduzir o preço do gás, apresentou ao ministro Paulo Guedes e ele abraçou. O que sr. visualizou?

Tenho conversado com Paulo, desde que assumiu o Ministério da Economia. A área em que me dedico com mais profundidade é buscar estratégias para a abertura comercial, que chamo de reforma esquecida. Mas, para implementar uma abertura e alavancar a economia, é necessário ter algumas condições. A reforma da Previdência, para dar sustentabilidade ao fiscal, a reforma tributária, para eliminar ineficiências que limitam o investimento, a modernização da infraestrutura — e dentro dessa modernização um elemento crítico é o custo da energia.

Como o gás pode reduzir esse custo?

Vai haver um grande aumento na oferta, associada à produção do pré-sal. Fui olhar o setor. O marco regulatório cria distorções e penaliza todo o setor produtivo. A Petrobras praticamente controla a totalidade de oferta. Na distribuição, a Constituição vem sendo interpretada, na minha opinião de forma equivocada, e cria monopólios também na distribuição nos estados. O setor é um caso absurdamente clássico de sobreposição de monopólios, que precisa ser revisto.

Dá para dimensionar os efeitos?

A queda no preço do gás nos Estados Unidos produziu uma nova revolução industrial. No Brasil, a produção vai passar de 60 milhões de metros cúbicos por dia para 160 milhões nos próximos quatro, cinco anos. E o momento ideal para o Brasil abrir o mercado. A Petrobras poderia ceder 50% do mercado para uma multiplicidade de outras empresas, favorecendo setores como petroquímica, cerâmica, siderurgia e mineração.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Não tão fácil

Painel

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) foi ao Tribunal de Contas da União para tentar obrigar a equipe econômica de Jair Bolsonaro a pedir a autorização do Congresso para repactuar a cessão onerosa da Petrobras.

Não tão rápido

Para destravar os leilões de petróleo, o governo quer ressarcir a Petrobras em US\$ 9 bilhões. O deputado do Solidariedade diz que, se fizer o pagamento sem autorização do Congresso, o ministro da Economia vai estourar o teto do gastos.

Não tão rápido 3

Paulinho entrou com ação com pedido de cautelar — ou seja, solicita decisão urgente e provisória sobre o tema. O caso está com o ministro Bruno Dantas. A ofensiva no TCU deve apressar a negociação entre o governo e a Câmara por uma solução.

com Julia Chaib e Carlos Petrocilo

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/04/2019

Seção: Rio

Autor: ANTONIO WERNECK

Título: Petrobras pede Força Nacional para vigiar dutos

Militares seriam usados no reforço do policiamento em Duque de Caxias e em outras cidades na Baixada Fluminense, regiões visadas por quadrilhas especializadas em furtar petróleo e derivados

A Petrobras vai pedir que o governo federal envie militares da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) para reforçar o policiamento em Duque de Caxias, em outras cidades na Baixada Fluminense, além de regiões consideradas visadas por quadrilhas de criminosos especializados em furtar petróleo e derivados em dutos da companhia. A decisão de pedir ajuda ao Ministério da Justiça foi tomada na sexta-feira, depois de uma tentativa frustrada de furto de gasolina provocar um grande vazamento no Parque Capivari, em Duque de Caxias. O acidente deixou quatro pessoas feridas. Uma menina de 9 anos foi uma das vítimas. Ela sofreu queimaduras em várias partes do corpo e seu estado de saúde é gravíssimo.

A empresa discute formalizar o pedido à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) esta semana, depois de constatar um aumento dos registros de furtos de combustível. A expectativa da Petrobras é que a Força Nacional destaque quatro grupamentos para o estado. São considerados pontos críticos os municípios de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Cachoeira de Macacu, Guapimirim e Japeri. As seis cidades apareceram no topo das estatísticas de furto ou tentativa nos últimos anos.

O furto de petróleo e seus derivados, segundo a Petrobras, tem se tornado um crime cada vez mais comum. A empresa revelou ontem que está preocupada com o crescimento de casos e que ampliou um programa que prevê várias frentes de atuação para reduzir as ocorrências. O medo é que as ações criminosas possam provocar acidentes ainda maiores, com riscos para a população e para o meio ambiente. No país, a companhia tem cerca de 15 mil quilômetros de dutos para transportar petróleo e derivados como gasolina, óleo diesel e nafta (que é usada, por exemplo, na fabricação de plásticos). Os furtos estão concentrados no Rio e em São Paulo, onde ficam 70% dos oleodutos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Próximos passos após a reforma da Previdência

É natural que o tema concentre as atenções, mas existe uma agenda econômica robusta para depois

A ênfase dada à reforma da Previdência é diretamente proporcional ao tamanho do problema fiscal do país. Vai-se para o sexto ano seguido de déficit primário nas contas públicas — excluindo juros da dívida interna —, fator que corrói o equilíbrio do sistema, contaminando de forma tóxica as expectativas dos agentes econômicos. E o déficit previdenciário é a locomotiva que puxa o desbalanceamento das contas públicas. Um buraco que cresce sem controle, provocado por regras que só podem ser alteradas por emenda constitucional. Daí o nó político e econômico em que o Brasil se encontra. Mas isso não significa que esta reforma remova todos os obstáculos à frente do país. É condição necessária para a entrada em um ciclo de crescimento sustentável — o que não acontece desde pelo menos o final do primeiro governo Lula —, mas não suficiente.

Em entrevista ao jornal “O Estado de S.Paulo”, o economista Carlos Geraldo Langoni, ex-diretor do Banco Central, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas (FGV), trata dessa fase pós-reforma, estratégica para mudar a dinâmica da economia brasileira. Langoni defende que se apresse o passo, para que, depois da Previdência, venha a reforma tributária, a fim de que seja possível abrir a economia ao exterior, a “reforma esquecida”. Sem um choque de concorrência, os padrões de produtividade do país continuarão medíocres, fatal para uma sociedade cuja demografia aponta para o envelhecimento inexorável da população. Com o “bônus demográfico” decrescente — o encolhimento da parcela de jovens da população —, mais ainda é preciso um sistema produtivo eficiente para sustentar o crescimento. Que deixa de depender da crescente entrada de mão de obra no mercado de trabalho.

Ganha importância decisiva o crescimento da produtividade. Mas, para abrir-se a economia, as reformas, para além da Previdência, precisam dar condições de competitividade às empresas. Em vez de quebraadeira, são vitais concorrência, absorção de tecnologia, integração a cadeias globais de produção etc. E não falências em série. Langoni e Paulo Guedes fizeram doutorado na Universidade de Chicago, referência do pensamento econômico liberal. Afinados no diagnóstico da crise brasileira, têm conversado com frequência, entre outros assuntos, sobre o “choque da Energia barata”, a partir da desregulamentação do mercado de gás. O que passa pela extinção de mais um monopólio da Petrobras, daí as resistências. O assunto já foi tratado publicamente por Paulo Guedes e tem relevância estratégica.

O ministro já previu que o gás de cozinha pode ficar 50% mais barato. O tema é ainda mais relevante porque, com a exploração do pré-sal, aumentará bastante a produção de gás, e é preciso usá-lo como insumo industrial, combustível, entre outros fins, e não queimá-lo como simples subproduto da extração de petróleo. A custo baixo, o efeito positivo deste gás no sistema produtivo será

incalculável como deflagrador de novos investimentos. Mas antes é preciso remover o entulho previdenciário. Porém, é preciso pressa, alerta Langoni, diante da previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que o mundo entra num ciclo de desaceleração. Quanto mais forte estiver a economia brasileira, mais protegido o país estará.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Combustível para lavagem

BRASIL

Em São Paulo, de acordo com um levantamento da Federação Nacional de Comércio de **combustíveis (Fecombustíveis)**, o PCC já é dono de 150 postos. Há poucos lugares tão adequados hoje para se lavar dinheiro — não é à toa que a Lava-Jato tem sua origem num posto. A ANP estuda modos de inibir a lavagem de dinheiro informatizando o sistema de coleta de movimentação de combustíveis.

LAVA-JATO

Eu quero falar

Sérgio Cabral já fez chegar ao MPF que está disposto a falar da parte que lhe toca (as propinas que recebia da Camargo Corrêa) na Operação Castelo de Areia, que os advogados da empreiteira conseguiram enterrar no STJ em 2011.

ECONOMIA

O que quer a Odebrecht...

O objetivo da Odebrecht na negociação de venda da sua participação na Braskem para a Lyondell Basell é receber parte em dinheiro e outra em ações da gigante europeia da área química — e virar a segunda maior acionista da empresa.

...e a Petrobras

Já a Petrobras, a dona da outra metade da Braskem, quer só o dinheiro e cair fora.

MME / ASCOM .